

Limani

3

LINGUÍSTICA E LITERATURA

REVISTA SEMESTRAL DO DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

ANO 2 MAPUTO NOVEMBRO, 1987

FICHA TÉCNICA

Título: Limani — Linguística e Literatura

Comissão de Coordenação: Bento Siteo

Gilberto Matusse

Gregório Firmino

Inês Machungo

Editor: Departamento de Letras Modernas

Núcleo Editorial da U.E.M.

Composição: Bento Siteo

Reprodução: Divisão Gráfica da U.E.M.

Novembro de 1987

Limani — Linguística e Literatura
Caixa Postal 257, Maputo, R.P.Moçambique.

ALGUNS PROBLEMAS DA NORMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE

Gregório Firmino

A mudança do estatuto político de Moçambique operada em 1975 não implicou alterações à normatividade linguística já em vigor, apesar das novas configurações que a realidade moçambicana assume, isto é, apesar do novo contexto em que o Português passa a ser usado: a actividade linguística continuou a reger-se pela norma-padrão usada em Portugal. Considerando que uma língua natural se inter-relaciona com as condições do meio em que se insere e cumpre as suas funções de comunicação em sintonia com estas, o uso da língua portuguesa não se poderia, pois, processar sem que ela se fosse adaptando às peculiaridades do espaço moçambicano. Assim, paulatinamente, o Português foi sofrendo transformações que, aliás, já se operavam mesmo antes da independência, como é natural, embora nestes últimos anos se tenham acentuado consideravelmente. Para este fenómeno, contribui, em grande parte, o alargamento do leque dos utentes da língua portuguesa em consequência da nova situação sócio-política e do novo estatuto da referida língua. O maior envolvimento, a todos os níveis, dos moçambicanos na acção pública (instâncias do poder, serviços públicos, comércio, etc.), o aumento das situações de comunicação em que os interlocutores não falam a mesma língua bantu (ou de outro grupo), o aumento da população escolar atingindo níveis cada vez mais altos, são alguns dos factores que justificam a subida do número de falantes da língua portuguesa. Este aumento dos utentes do Português não implicou o reforço dos mecanismos do ensino sistemático das estruturas desta língua. Muitos dos que se viam na contingência de se expressarem na língua oficial não a tinham aprendido em moldes adequados. Mas, mesmo para os falantes em escolarização ou escolarizados, os problemas de domínio da norma europeia não eram/

são menores. A perda da possibilidade de contacto frequente com falantes nativos da língua portuguesa bem como o bilinguismo - repare-se que a percentagem de falantes moçambicanos de Português é igual a 25.6% da população total. Destes, apenas 1.2% têm o Português como língua materna e os restantes 24.4% falam o Português como segunda língua e uma língua bantu como língua materna(1) - dificultam a competência linguística em Português.

As línguas naturais são um instrumento de comunicação ao dispor dos homens para, como seres sociais que são, lhes permitir a intercomunicação. A língua assume, assim, uma função cognoscente pois a realização da intercomunicação torna imprescindível o conhecimento do mundo. Sem este conhecimento do mundo, no qual os seres humanos se integram, a troca de comunicados entre os mesmos é inviável. Ora, o modo como se processa o conhecimento do mundo depende da cultura a que os homens se subordinam. A cultura "é geradora da estruturalidade que, por meio de determinados sistemas de prescrições e regras, cria uma sociosfera, isto é, um conjunto de fenómenos e de valores que, tal como a biosfera proporciona condições para a aparição e o desenvolvimento da vida orgânica, torna possível a vida de relação do homem, conferindo-lhe sentido em todos os planos." (SILVA, V.M.A., 1933:93) Uma língua, sempre existente num certo espaço e sempre usada por certos homens, é condicionada pela estruturalidade do meio onde se insere e, mais do que isso, entre os valores desta estruturalidade e o meio, que é a realidade, serve de mediadora, actua como um factor de modelização. É por via disso que as línguas apresentam estruturas que representam o modo como as sociedades concebem e categorizam o mundo em cuja função (das estruturas) se realiza a linguagem. Esta posição é suportada pelo relativismo linguístico, fortemente ligado à chamada hipótese de Sapir-Whorf, que propõe que a representação do mundo e a cultura de uma comunidade são organizadas em conformidade com a língua dessa mesma comunidade, ou seja, a língua é uma visão do mundo. À luz destes argumentos, pode-se concluir que cada língua constitui uma forma específica de codificar o real e, sendo assim, "languages evidently do differ in the way they symbolically reflect the world,

that is, in the way they categorize or codify the experience of their speakers." (CORDER, 1973:72).

Já que cada língua apresenta a seu modo as categorias que permitem com que os seus utentes se intercomuniquem, os enunciados de um falante bilingue terão a tendência de manifestar transferências linguísticas motivadas pela transposição de aspectos peculiares a uma das línguas do conhecimento do referido falante (L1) para a outra (L2), quer na codificação quer na descodificação das mensagens. É que o uso da L2 não pode resultar de um simples decalque da L1; exige, em muitos aspectos, uma categorização de estruturas linguísticas para que o falante bilingue possa destringir as semelhanças e as dissemelhanças entre as duas línguas. Este processo de recategorização dificilmente se realiza perfeitamente - existem domínios em que tal é praticamente impossível, como é o caso da pronúncia(2) - e, consequentemente, as transferências linguísticas, positivas ou negativas, são sempre detectáveis, em menor ou maior grau, na maioria dos bilingues. Deste modo, numa situação de bilinguismo surgem perturbações na aprendizagem e no uso das línguas em coexistência, muito mais na língua segunda porque a aprendizagem e o uso desta está em função da língua materna. Porém, é preciso frisar que, como as variadas culturas apresentam sempre aspectos que também existem em outras, entre as distintas formas que as línguas representam, nunca há uma oposição total, facto que é corroborado pelos universais linguísticos (linguistics universals). Se assim não fosse, seriam impossíveis quer a tradução quer a aprendizagem de uma segunda língua.

A realidade linguística moçambicana permite a detecção de tais perturbações em factos linguísticos não previstos na norma-padrão em vigor, resultantes, fundamentalmente, de aproximações às estruturas das línguas maternas, na maioria dos casos, pertencentes ao grupo das línguas bantu. Este fenómeno é mais notório - cremos - a nível fonético-fonológico onde a transformação está mais fortalecida ao ponto de ser um bom indicador da língua materna do falante. Eis alguns exemplos(3) elucidativos:

1. Os falantes de Gitonga têm a tendência de fricativizar o som que, segundo a norma, deve ser pronunciado como uma oclusiva velar sonora [g]. Os falantes de Tsonga por seu turno, têm a tendência de acentuar a oclusão quando realizam o referido som. Assim, pode-se deduzir que os falantes das línguas bantu referidas tendem a produzir o [g] actualizando o som mais próximo existente nessas línguas.

2. Os falantes de Emákhwa tendem a ansurdecer as oclusivas bilabial e linguodental [b] e [d], respectivamente, realizando-as, portanto, como [p] e [t], respectivamente. Na referida língua aquelas oclusivas sonoras não existem embora nela ocorram sons próximos de [p] e [t] - oclusivas surdas - que apenas se distinguem das outras no vozeamento. Daí a tendência para o ensurdecimento de [b] e [d].

3. Ainda no âmbito do que se mencionou no número anterior, deve-se acrescentar que é frequente notar em falantes de diversas línguas bantu a tendência para a não actualização de [d] e de [t] como consoantes oclusivas linguodentais. As razões prendem-se com o que já foi referido. Na língua Tsonga, por exemplo, a articulação dos sons mais próximos destes efectua-se na zona alveolar da cavidade bucal. Ao falar a língua portuguesa, o falante de Tsonga terá a tendência de reproduzir esta articulação.

Se bem que seja o nível fonético-fonológico o que melhor tipifica a maioria dos falantes moçambicanos de Português, os desvios motivados pelo bilinguismo ocorrem também a outros níveis como sejam o morfo-sintáctico ou o lexical.

Vejam-se alguns exemplos:

(1) F = Eu fui dado um reбуçado.

A frase "Eu fui dado um reбуçado" representa uma construção passiva incorrecta por conter um suposto sujeito que, numa frase activa correspondente, desempenha a função de objecto indirecto e não a de objecto directo, como devia

ser. Tendo em conta que neste caso a frase passiva correcta devia ser "Foi-me dado um reбуçado", o que pressupõe uma frase activa como "Deram-me um reбуçado", pode-se supor que a frase "Eu fui dado um reбуçado" faz referência a uma acção cujo agente não interessa determinar sendo por isso que as duas frases referidas, que seguem a norma, não apresentam, respectivamente, nem o agente da passiva (obliquos) nem o sujeito. Por outro lado, a acção exige a nomeação da entidade a favor da qual ela (a acção) se realiza, ou seja, a frase deve conter um objecto indirecto sob a forma do pronome pessoal clítico me. Porém, para alguns falantes, não é fácil estabelecer a distinção entre os pronomes pessoais-sujeito - portanto, com o caso nominativo - e os pronomes pessoais-objecto, que têm o caso dativo quando desempenham a função de objecto indirecto. Será esta dificuldade em distinguir os dois tipos de pronomes que ocasiona perturbações no uso do clítico, o qual é preterido a favor do pronome-sujeito por ser o mais usual e dever ocorrer na frase numa posição pré-verbal, própria do sujeito - note-se ainda que para o sujeito falante é mais fácil conceptualizar o sujeito. A perturbação referida pode ser explicada pelo facto de nas línguas bantu - pelo menos as que conhecemos, Tsonga e Gitonga - o mesmo pronome pessoal poder apresentar os matizes referidos. Podem servir de prova os seguintes exemplos: "Mina ndzitamunyika xidonsana" (o pronome mina tem a função de sujeito) e "Mina vandzinyikile xidonsana" (o pronome mina tem a função de objecto indirecto).

Mas, como o pronome eu da frase "Eu fui dado um reбуçado" não pode absorver os valores inerentes a designação da entidade a que algo se transfere - objecto indirecto - recorre-se a uma construção passiva para se colmatar a deficiência, seguindo-se o que pode acontecer nas línguas bantu: "Mina ndzinyikiwile xidonsana" (Tsonga) ou "Eni niningiwile gidosana" (Gitonga) (4). A frase "Mina vandzinyikile xidonsana", quer dizer "Deram-me um reбуçado", embora não se encontre na passiva, também pode ajudar a explicar a frase anómala em análise. Ela é iniciada pelo pronome mina - podia não estar lexicalizado mas tal não invalida a explicação - que pode ser traduzido por eu, mas não neste caso. A ocorrência

do prefixo de concordância verbal do sujeito (co-referente do sujeito) da 3ª pessoa do plural, classe 2, va, permite que àquele pronome não se possa atribuir a função de sujeito - de facto, trata-se de um objecto indirecto - não podendo por isso ser traduzido por eu, contrariamente a tendência de alguns falantes. A tradução errada de mina - ou outro pronome equivalente, se se tratar de uma outra língua bantu - conduz, como já se referiu, à frase "Eu fui dado um rebuçado".

(2) F = *É o quê isto?

Na língua portuguesa, as interrogativas que se servem dos morfemas Q - pronomes, adjectivos ou advérbios interrogativos, segundo a nomenclatura da gramática tradicional - apresentam os referidos morfemas ou na posição inicial da frase, "O que é isto?" (interrogativa de instanciação), ou na posição final, "Isto é o quê?" (interrogativa de eco), consoante eles sejam, ou não, sujeitos a regra de movimento que os retira da sua posição básica. Porém, é frequente, por exemplo, em Maputo, a ocorrência de uma interrogativa como a que constitui exemplo para esta explicação, na qual o morfema interrogativo tem uma posição medial. Quer parecer que este fenómeno se relaciona com uma construção tsonga semelhante, "I ncini lexi?", na qual o pronome interrogativo ocupa uma posição medial, antes de lexi, pronome que faz referência à entidade sobre a qual se pretende uma certa informação, e depois da cópula verbal i, que substitui o verbo irregular kuva (ser/estar), que não tem formas reconhecíveis no presente do indicativo. São estes aspectos que se transpõem para o Português conforme se pode ver no exemplo.

(3) F = É o sentar dele. (É a sua maneira de se sentar/
/ser.)

Numa frase bantu análoga ao exemplo, pode ser "I matshamela yake" (Tsonga). Ao verbo -tshama se sufixa a extensão verbal -ela indicativa da maneira segundo a qual uma acção é desenvolvida. Juntamente com este processo ocorre uma nominalização do verbo referido através do uso do prefixo

nominal ma. Isto é o que transparece na "frase" em Português: surge o verbo sentar no infinitivo, uma forma nominal, ao lado do artigo definido que reforça a nominalização. A forma verbal é e a contracção entre a preposição de e o pronome pessoal ele resultam, respectivamente, da cópula verbal i e do possessivo yake. Para além dos aspectos morfo-sintácticos considerados, deve-se salientar que existe um fenómeno de interferência semântica. Surge o verbo sentar que resulta da tradução de -tshama, cujo significado pode ser ou "sentar" ou "maneira de ser". Do ponto de vista semântico, a forma sentar comporta-se, nesta frase, do mesmo modo que -tshama em Tsonga.

(4) F1 = A mamã bateu-me enquanto não tenho culpa.
(A mamã bateu-me embora não tivesse culpa.)

F1' = Mamani andzibile kuve andzi na nandzu.

F2 = Chegou enquanto cantávamos.

F2' = Afikile kuve ahiyimbelela.

O uso do conector enquanto implícita estados de coisas que se realizam simultaneamente. é o que se passa na frase F2. Em F1, o conector em causa está desviado do seu valor normal porque exprime, indevidamente, uma junção contrastiva - valor próprio dos introdutores concessivos ou adversativos - por relacionar duas situações em que uma delas representa em relação a outra um desenvolvimento anómalo/ilógico imprevisível dos acontecimentos. Na língua tsonga, a kuve associam-se os dois valores referidos. Daí, parece, que surjam frases como F1.

(5) F = Eu tenho cabeça. (Eu tenho dores de cabeça.)

"Eu tenho cabeça" parece ser uma tradução literal de uma frase possível nas línguas bantu: "Ndzi ni nhloko" (Tsonga) ou "Ni nani hungu" (Gitonga). O significado exacto destas frases obtém-se de uma forma pragmática, ou seja, o falante infere, de antemão, que elas não podem ser interpretadas literalmente. Uma frase análoga em Português não

permite a extracção dos mesmos efeitos pragmáticos pelo que o seu uso é inviável. No lugar de "Eu tenho cabeça", dever-se-ia dizer "Eu tenho dores de cabeça" ou "Eu estou com dores de cabeça".

(6) Fl = Eu falo muito . Muito-muito quando estou bêbado.
(Eu falo muito, sobretudo quando estou bêbado.)

Fl' = Mina ndzikhanela ngopfu . Ngopfu-ngopfu loko ndzi dakwile. (Tsonga)

Fl" = Eni ninguganela ngudzu . Ngudzu-ngudzu amba ni leville. (Gitonga)

Nas línguas bantu, existe uma palavra traduzível por muito , caso de ngopfu (Tsonga) ou ngudzu (Gitonga), cuja reduplicação é possível - ngopfu-ngopfu ou ngudzu-ngudzu - mas com outros valores semânticos. Em Português, tal reduplicação não é possível. Quer parecer que o uso de muito-muito é uma generalização para o Português de um fenómeno próprio das línguas bantu por existir uma semelhança no significado das palavras referidas quando não sofrem a reduplicação. Ngopfu-ngopfu ou ngudzu-ngudzu devem ser traduzidos por sobretudo ou principalmente .

4. O uso de neologismos como tchovar ou djico também se liga ao bilinguismo que se verifica em Moçambique. Nos casos referidos, aportuguesaram-se os verbos -chovha e -jika , oriundos de Tsonga.

Todavia, as transformações por que vai passando a língua portuguesa em Moçambique não se explicam somente através da influência das línguas africanas - ou outras como o hindu - e, mesmo quando ela é inequívoca, essa influência pode efectuar-se de uma forma indirecta, quando o falante a absorve não porque fale esta ou aquela língua bantu como língua materna - esta condição não é imprescindível - mas porque vive num meio onde um determinado desvio ocorre com muita frequência. Os desvios que, aparentemente, não se podem imputar à influência das línguas em coexistência com o Português resultam, naturalmente, do deficiente domínio

do funcionamento das estruturas do Português. Neste caso, porém, supprime-se a deficiência com o recurso a aproximações/analogias com outras estruturas existentes na língua, o que quer dizer, principalmente, generalização de aspectos que servem para uma parte das realizações linguísticas. São exemplos:

1) A incorporação do prefixo des à forma conseguir. Se é verdade que em muitos casos o prefixo referido se acrescenta a uma palavra para indicar oposição, por exemplo, em desdizer ou desfazer, a norma não prescreve tal uso para o caso de desconseguir.

2) O acrescentamento (prótese) de um a à palavra hoje. É, parece, um fenómeno de etimologia popular a partir da comparação com a palavra amanhã que é interpretada como se resultasse do acrescentamento de um a à palavra manhã. Assim, transpõe-se para hoje o que se deduz erradamente de amanhã.

Por outro lado, alguns destes desvios podem surgir da própria complexidade do sistema linguístico. Como frisa GONÇALVES (1986:18), "em qualquer língua, existem sempre estruturas cuja realização, por razões variadas, apresenta dificuldades. Em certos casos, essas dificuldades são sentidas pelos próprios falantes natos dessa língua; noutros casos, trata-se de dificuldades sentidas por qualquer aprendiz dessa língua, independentemente da estrutura da sua língua materna". A regência preposicional, a julgar pelas oscilações dos falantes, constitui um bom exemplo de uma área problemática do sistema linguístico português. Eis alguns casos de usos incorrectos de preposições:

(8) F1 = Eu vou na escola. (em vez de "Eu vou à escola")

F2 = Não cheguei de falar. (em vez de "Não cheguei a falar")

F3 = Cheguei em casa ao meio-dia. (em vez de "Cheguei à/a casa ao meio-dia")

Estes três casos documentam um fenómeno muito generalizado que, em parte, se verifica em outras zonas onde se fala o Português (caso do Brasil): a tendência para se evitar a preposição a. Isto pode-se explicar, em parte, pelo facto de a preposição a se referir a valores portadores de matizes de apreensão difícil para alguns falantes. Por outro lado, em F1 e F3 os estados de coisas descritos relacionam-se com um movimento para o interior de um espaço (escola, casa). É, pelo que parece, esta noção de movimento para o interior que suscita o aparecimento da preposição em. Em F2 o verbo chegar exige a preposição a de forma a marcar o valor aspectual conclusivo - que indica que "um estado de coisas (P) localizado num dado It (Intervalo de tempo) é diferente do que ocorrerá no It' posterior adjacente a It(~P) é apresentado do ponto de vista do termo da sua ocorrência em It." (MATEUS, M.H.M. et al., 1983:134) - sobre o verbo falar.

Os clíticos constituem uma outra área problemática para muitos falantes. Segundo a norma em vigor, a posição da sua ocorrência varia de contexto para contexto: nuns casos colocam-se antes do verbo, noutros numa posição pós-verbal. Esta variação cria dificuldades em certos utentes da língua portuguesa (5). Daí a ocorrência de frases anómalas como:

(9) F1 = Quando encontrei-te, estavas com ele. (devia ser "Quando te encontrei, estavas com ele.")

F2 = Também pode se analisar sob o ponto de vista da sua ocorrência. (devia ser "Também se pode analisar sob o ponto de vista da sua ocorrência.")

F3 = Um fio que ia-se alargando até ocupar a extensão do corredor, saía do camarote. (devia ser "Um fio que se ia alargando até ocupar a extensão do corredor, saía do camarote.")

Mas a dificuldade no uso dos clíticos não se restringe apenas à sua incorrecta colocação. Como já se referiu, pode-se explicar o aparecimento do pronome eu e da construção

passiva em "Eu fui dado um rebuçado" a partir do desconhecimento e não domínio do funcionamento dos pronomes pessoais átonos (clíticos).

Sendo verdade que na língua portuguesa em Moçambique se operam transformações ou desvios relativamente ao padrão europeu adoptado tácita e oficiosamente(6), coloca-se então a questão de se destringir o que essas modificações podem significar. Estar-se-á perante um caso em que a norma-padrão adoptada não pode orientar, pelo menos em algumas circunstâncias, o uso do Português em Moçambique?

O caso do Brasil, por apresentar paralelismos com a situação moçambicana, apesar das distanciamos que também existem, fornece elementos úteis à nossa reflexão. O Português falado no Brasil caracteriza-se por uma série de peculiaridades relativamente à norma europeia, ou mais exactamente, relativamente aos dialectos europeus, sendo o nível fonético-fonológico o que melhor denota a sua diferença. Os dialectólogos que se têm debruçado sobre o fenómeno brasileiro consideram que a peculiarização da língua portuguesa atingiu uma tal amplitude que se pode concluir que, no Brasil, existe uma norma própria - o que não quer dizer que surgiu um novo sistema linguístico - diferenciada, parcialmente da europeia, facto que é reconhecido pelas instâncias oficiais. Para compreender esta conclusão, torna-se necessário considerar certos aspectos ligados à história da língua portuguesa no Brasil. O advento do movimento independentista brasileiro fez com que muitos intelectuais defendessem que a autonomia política do Brasil tinha que ser acompanhada por uma "brasileirização" do Português porque só assim se caminharia para a criação de uma nação original. Esta posição, que se opunha à dos puristas ou "rigoristas acerbos" (TEYSSIER, P., 1984:89), defensores do uso do Português tal como era normatizado em Portugal, foi, gradualmente, ganhando eco quer porque correspondia à dinâmica da língua dentro da sociedade brasileira quer porque era conotada com movimentos culturais inovadores, nomeadamente, o Romantismo e o Modernismo. Foi este o que contribuiu decisivamente para a eliminação dos tabus difundidos pelos puristas. "Algumas inovações

por ele (pelo Modernismo) introduzidas foram definitivamente acolhidas pela língua: elas constituem o que podemos chamar a norma brasileira mínima (por exemplo: a liberdade de colocar os pronomes átonos à moda brasileira). No resto, serão encontradas todas as transições entre esta norma mínima e uma estilo brasileiro acentuado. E é assim que se impõe a ideia de que há uma variante brasileira do Português suficientemente diversa do Português europeu para constituir uma norma específica" (TEYSSIER, P., 1984:90-91).

Constata-se que a transformação da língua portuguesa no Brasil esteve ligada, a partir de certa altura, a valores nacionalistas. Disto decorreu uma "prestigiação" (passar a ter prestígio) das inovações linguísticas que se iam operando, facilitando-se, assim, a aceitação destas pela comunidade linguística. Deste modo, impôs-se um novo tipo de uso da língua portuguesa no Brasil. Algo análogo não se pode constatar em relação aos desvios que ocorrem em Moçambique; reserva-se-lhes, na generalidade, uma conotação disfórica. Os falantes moçambicanos da língua portuguesa conferem ainda prestígio ao padrão europeu que é sentido "...como modelo, como norma, como ideal linguístico..." (CINTRA, L. e CUNHA, C., 1984:4). A língua é também um bem simbólico por deixar transparecer, no decurso do seu uso, valores relativos às características dos seus utentes, ou por outra, às características que o sujeito falante deseja que se lhe apontem. Ora, em Moçambique, valores como falar bem Português, como posse de um maior grau de cultura - no sentido de saber aprendido basicamente através da escolarização, leituras, etc. - , como posse de habilitações literárias elevadas, etc., implicam o domínio da norma tacitamente considerada que está em vigor, ou seja, a norma europeia.

Para além do que já foi referido importa destacar que a transformação de uma língua é um processo lento, controlado - já que a norma surge como um ponto de referência e age no sentido de evitar a maximização dos desvios - que visa, sobretudo, não o empobrecimento da mesma mas, pelo contrário, a ampliação das possibilidades comunicativas em função de novas situações. Veja-se o caso de "Você estás bom?"

no lugar de "Tu estás bom?" ou "Você está bom?" que, à primeira vista, cerceia as potencialidades comunicativas da língua portuguesa. Apesar de a agramaticalidade não prejudicar, na totalidade, o sentido da frase, sob o ponto de vista pragmático, evidencia-se uma confusão entre o uso de **você** e de **tu** visto que, embora os dois pronomes façam referência à pessoa com que se fala, o primeiro diz respeito a uma relação de distanciamento do locutor em relação ao alocutário e o segundo faz subentender uma relação de aproximação entre os interlocutores. São estas significações que não se têm em conta na frase em causa (7). O desvio não será do mesmo tipo se, por exemplo, a língua portuguesa, em resultado do contacto dos falantes com novas realidades, se vir obrigada a incorporar novos vocábulos ou manifestar novas estruturas para responder às novas exigências comunicativas. Um exemplo: a difusão de ideias renascentistas em Portugal (séc. XV-XVI), que implicaram o surgimento de uma nova realidade sob todos os aspectos, caracterizada por uma certa forma de estar do homem no mundo, "forçou" a língua a adaptar-se às novas condições porque, de outro modo, não poderia satisfazer as necessidades dos seus utentes. Assim, a língua portuguesa sofreu inovações quer a nível lexical (palavras eruditas, palavras originárias das ditas línguas exóticas) quer a nível da estruturação frásica (desaparecimento de marcas arcaizantes, cultivo de frases longas sobrecarregadas de subordinadas que conferem a língua uma nova complexidade e maleabilidade).

Cremos que no Português falado em Moçambique já há indícios de fenómenos linguísticos do tipo dos que são referidos no parágrafo anterior. Urge, contudo, que se empreenda um programa de investigação para se dimensionar convenientemente a amplitude dos mesmos. Seria o primeiro passo para a compatibilização da norma com as transformações que a língua portuguesa vem sofrendo em Moçambique.

- (1) Dados extraídos de MINED/EMS. 1986. Atlas Geográfico, vol. 1. 2ª ed. revista e actualizada, p.46.
- (2) Acerca deste aspecto, aponta CORDER (1973:133): "...certain aspects of the target language appear to be more difficult to learn. In the end a well-motivated learner will eventually master the grammatical rules of the target language. The same cannot be said about his pronunciation. There appears to be some difference of kind between the learning of pronunciation and the learning of the formation and speaking rules. (...) Articulatory processes do seem to be programmed in more or less fixed routines; once learned they become firmly established and resistant to modification or extension."
- (3) Chamamos a atenção para o facto de os exemplos de desvios presentes neste trabalho servirem apenas como prova das nossas considerações. Por isso, não merecerão explicações exaustivas tal como seria de desejar caso se tratasse de um trabalho cujo tema principal fosse a análise de desvios em tanto que tal.
- (4) As duas frases devem traduzir-se por "Foi-me dado um rebuçado".
- (5) Há quem defenda que a colocação do clítico constitui já uma marca do Português moçambicano devido a alta frequência do "mau uso" do referido pronome. Aliás, trata-se de um assunto merecedor de estudo mais aprofundado porque quer parecer que o uso dos clíticos em Moçambique não é feito de uma forma arbitrária; obedece a certas normas se bem que diferentes das do padrão europeu.
- (6) Dizemos **oficiosamente** e não **oficialmente** porque, ao que consta, não existe nenhum documento que formalize a adopção oficial do padrão europeu em Moçambique.
- (7) A propósito deste ponto, que é muito interessante e, por isso, merecedor de um estudo mais aprofundado,

deve-se acrescentar que é muito comum verificar, num mesmo falante, o uso alternado das formas **tu** e **você**. O uso alternado das duas formas faz pressupor que o sujeito falante as conhece, o que levanta algumas questões. Será que o falante usa arbitrariamente as duas formas, isto é, desconhece os valores que lhes são subjacentes? Ou será o contrário, isto é, o uso das formas referidas obedece a outras causas comunicativo-linguísticas ou sociais, próprias do Português falado em Moçambique?

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CORDER, S. PIT. 1973. Introduction to Applied Linguistics: Penguin Books.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. 1984. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Lisboa: Edições Sá da Costa.
- GONÇALVES, P. 1986. "O Português em Moçambique -Análise de Erros em Construções de Subordinação", Limani nº 1:11-23.
- MATEUS, M.H.M. et al. 1983. Gramática da Língua Portuguesa. Coimbra: Almedina.
- MINED/EMS. 1986. Atlas Geográfico, Vol.1, 2ª edição revista e actualizada.

Teyssier - ?